



Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - cmalegre@zaz.com.br

PROJETO DE LEI Nº 055/2022

Iniciativa: Poder Executivo Municipal

Assunto: Revoga a Lei Municipal nº 2.869/2007.

PARECER JURÍDICO

Relatório:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Chefe do Poder Executivo, tem por finalidade a revogação da Lei Municipal nº 2.869/2007, que “dispõe sobre a garantia dos servidores públicos municipais à prevenção dos riscos decorrentes do trabalho e à promoção da saúde, e homologa laudo técnico.”

Segundo a mensagem, “o presente Projeto se justifica ante as implementações que vem ocorrendo para órgãos públicos referente ao **e-Social**. A partir de 1º de janeiro de 2023, o Município terá que atender as exigências de Segurança, Medicina e Saúde do Trabalhador, Contemplando a 4º Fase do Programa do Governo Federal, tais exigências são consoantes com as Normas Regulamentares (NRs), as quais são disposições complementares da Segurança e Medicina do Trabalho. Consistem em obrigações, direitos a serem cumpridos por empregadores e trabalhadores com o objetivo a garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho. É de obrigatoriedade documentos que avaliarão as condições do ambiente do trabalho, no qual determinarão se o trabalhador estará ou não no exercício de alguma atividade considerada insalubre ou exposto a riscos das atividades consideradas perigosas no desempenho de suas atividades laboratoriais.”

E, que “referente a aposentadoria especial, temos como obrigatoriedade o LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho, tendo como base as NR- 01, NR -6, NR-7, NR-15, NR-16 e Decreto Federal 3048/ 1999.”

E ainda, que “o laudo que o Município utiliza para pagamento do adicional insalubridade desde o ano de 2007, não atende as exigências do e-Social, já que não foi elaborado com base nas NRs – Normas Regulamentares vigentes. Além de que, o laudo em vigor no município não consta todas as atividades que hoje não são desenvolvidas pela Administração, já que sobreveio o Plano de Cargos e Salários instituído pela Lei Municipal nº 2.729/2008, que revogou, instituiu e passou alguns cargos à extinção e ao quadro suplementar, ou seja, são mudanças que não passaram pelo crivo do laudo homologado pela Lei Municipal nº 2.869/2007.”



Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - cmalegre@zaz.com.br

Por derradeiro, que *"dentro desse contexto, considerando que as orientações para pagamento do adicional de insalubridade serão as NRs que poderão sofrer alterações constantes, não subsiste mais a possibilidade dos laudos serem aprovados por lei municipal, justamente porque seria necessário aprovar uma lei cada vez que houvesse alteração nas NRs ou lotação dos servidores, tornando inviável suas aplicações imediatas."*

Em suma é o relatório.

PARECER:

Primeiramente, com relação à redação, distribuição do texto e outros requisitos indicados na Lei Complementar 95/1998, considero que a proposição encontra-se dentro dos padrões exigidos pelas normas de técnica legislativa.

No que diz respeito à competência, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição Federal, os Municípios são dotados de autonomia legislativa consubstanciada na competência de legislar sobre assuntos de interesse local.

Em simetria com o referido dispositivo constitucional, o art. 28, inciso I, da Constituição do Estado do Espírito Santo, e o artigo 8º, da Lei Orgânica Municipal, estabelecem as mesmas competências.

Com relação à iniciativa, também em simetria com o artigo 61, § 1º, II, "b" e "c" da Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei Orgânica Municipal, estabelece que são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo as leis que disponham sobre a matéria objeto da proposição, conforme disposto no art. 56, parágrafo único, incisos "II" e "III", *in verbis*:

"Art. 56. (...)

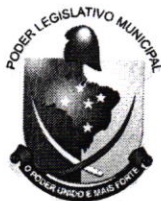
Parágrafo Único – São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

I – (...)

II – organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

III – servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade ou aposentadoria, ressalvado o disposto no art. 47;"

Do ponto de vista da legalidade, a proposição legislativa apresenta-se como pertinente, tendo vista a viabilidade e possibilidade de se promover a revogação da referida Lei Municipal nº 2.869/2007, por não mais atender as normas de leis e infraconstitucionais que regem a espécie.



Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

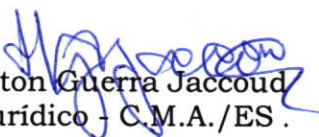
Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - cmalegre@zaz.com.br

Dessa forma, tratando-se apenas de providência para melhor adequação e organização do ordenamento jurídico municipal, é de se concluir que matéria encontra-se revestida de regularidade e guarda compatibilidade material com a Constituição Federal.

Pelo exposto, opino pela tramitação do projeto de lei em epígrafe na forma regimental.

É o parecer, sub censura.

Alegre (ES), 13 de dezembro de 2021.


Helton Guerra Jaccoud
Jurídico - C.M.A./ES.